

História Pública e Maretórios: percursos participativos de uma pesquisa sobre a pesca artesanal em Niterói/RJ¹

*Ademas PEREIRA DA COSTA JR*²

Resumo: Este artigo tem como objetivo justificar a relevância dos maretórios para os novos estudos de história pública no Brasil. Apresentar tendências de pesquisa e desdobramentos da mobilização histórica das comunidades de pesca artesanal propondo ao leitor adentrar a uma investigação historiográfica com base na pesquisa participativa desenvolvida no LABHOI-UFF. Ao longo do artigo se coloca em evidência a episteme que orienta uma narrativa historiográfica de síntese filiada a questões socialmente vivas em comunidades de pesca artesanal. O artigo apresenta um debate público do tempo presente através do trabalho do autor, historiador, em colaboração com a Associação de Pescadores e Pescadoras Artesanais da Reserva Extrativista de Itaipu e Lagoa de Itaipu - APPREILI.

Palavras-chave: Maretórios, Comunidades, Pesca, História Pública, Memória.

¹Esse texto foi escrito no contexto de início do projeto Acervo Audiovisual dos Maretórios (AAM), contemplado pelo Edital Paulo Gustavo do Ministério da Cultura para a valorização da Memória, Pesquisa e Preservação Audiovisual para ser executado com o apoio da Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado do Rio de Janeiro no ano de 2024-2025. Acessível em: www.maretorios.org

² Mestre em História Social pela Universidade Federal Fluminense. Coordenador do Acervo Audiovisual dos Mareteórios (AAM). Pesquisador associado ao Laboratório de História Oral e Imagem (LABHOI-UFF). UFF. Niterói. RJ. Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5473-2798> E-mail: ademasprod@gmail.com

Public History and Maretórios: participatory paths of research on artisanal fishing in Niterói/RJ

Abstract: This article aims to present the relevance of tidal waves for new studies of public history in Brazil. It considers presenting research trends and developments in the historical mobilization of artisanal fishing communities. The reader is invited to enter into a historiographical investigation based on participatory research developed at LABHOI-UFF. Throughout the article, the episteme that guides a synthetic historiographic narrative affiliated with socially alive issues in artisanal fishing communities is highlighted. The article presents a public debate of the present time through the work of the author, historian, in collaboration with the Association of Artisanal Fishermen and Fisherwomen of the Itaipu and Lagoa de Itaipu Extractive Reserve.

Keywords: Tidestory, Communities, Fishing, Público History, Memory.

Apresentação

Neste artigo, apresento um tema pertinente aos estudos da história pública no Brasil. Essa pertinência se apresenta ao longo do artigo através de um diálogo que explicita relações entre demandas comunitárias com o lugar que o historiador profissional pode ocupar atualmente. A pesca artesanal, tema com o qual me envolvi ao longo dos últimos 7 anos no LABHOI/UFF, foi observada em uma localidade vizinha à minha casa na praia de Itaipu, no município de Niterói/RJ. Ao começar a pesquisa, considerei o diálogo com a comunidade como ponto de partida, construindo um acervo de entrevistas. Do ponto de vista da pesquisa acadêmica não foi necessário esforço para me dar conta que os historiadores não estavam esclarecidos até então sobre essa pertinência. Isso porque a produção da historiografia sobre a pesca artesanal, desde a criação dos primeiros programas de pós-graduação na década de 1970, era tão escassa que foi possível ler comentários de especialistas de outras áreas acusando - com perplexidade - a ausência dos historiadores nesse debate (Silva, 2015).

Com a expansão dos itinerários da história pública no Brasil, desde a instituição da Rede Brasileira de História Pública em 2011, tem se observado que os historiadores se mostram mais dispostos a trabalhar com memórias locais, comunidades e demandas socialmente vivas. Algumas dessas demandas encontram-se profundamente enraizadas em seus territórios, produzindo diferentes tipos de vínculos com o passado de seus personagens que valorizam uma parceria com a prática profissional do historiador público.

Neste artigo objetivo realizar uma breve apresentação da minha relação de pesquisa, iniciada em 2017, na comunidade de pescadores artesanais de Itaipu, até o momento da fundação da Associação de Pescadores e Pescadoras da Reserva Extrativista Marinha e Lagoa de Itaipu - APPREILI, que se deu em 25 de abril de 2023. O presente texto expõe uma narrativa de síntese, que tem com o objetivo contextualizar historicamente as condições políticas, institucionais, e socioculturais relacionadas à pesca no Brasil até o momento recente, e socialmente vivo, no qual emerge e se estabelece a categoria dos “maretórios”. Buscarei esclarecer como essa categoria se apresenta como uma representação historiadora (Ricouer, 2007, p. 247-250) dos

pescadores, interlocutores que contribuem para novas epistemologias e práticas de pesquisa (Silva, 2014, p. 16-18) favorecendo o debate público da historiografia. Nesse diálogo com a comunidade de Itaipu tornou-se possível temporalizar um estado da arte das abordagens sobre a pesca artesanal no Brasil, elencando algumas tendências. A escolha por apresentar as tendências nos serve apenas como um pano de fundo esquemático, facilitando a compreensão do leitor para o momento histórico atualmente vivido por essas comunidades, em sua busca por narrativas de autonomia sobre os Marelórios.

Metodologia

O artigo contribui com relatos que servem de demonstração dos resultados da metodologia participativa, que envolveu um esforço colaborativo, sensível e reflexivo, para a construção de uma história pública da pesca. Isto é o processo de pesquisa foi sobretudo relacional, participativo (Da Mata & Almeida, 2019; Rovai & Kobelski, 2024) no qual presenças, corpos e alteridades de perspectivas e diferentes potências de narrativas históricas dialogam com a pesquisa. Vinculado aos debates do Laboratório de História Oral e Imagem, a construção de um acervo de entrevistas de história de vida e temática foi geradora de uma via de acesso a comunidade pesqueira, exigindo da pesquisa um procedimento historiográfico desafiador, a começar pela busca do sentido de pertencimento para a comunidade de Itaipu em suas narrativas públicas (Rabelo, 2015). Me dediquei ao movimento de escuta que identificou as demandas socialmente vivas dos pescadores de arrasto através do aprendizado da pesca, cujas memórias davam forma a uma comunidade de sentido³ (Meihsy, 1997), em Itaipu.

Como um instrumento vital para a reprodução social da comunidade, o arrasto se tornou um termômetro das transformações sociais que ocorreram na comunidade desde meados dos anos 1970. Quando grandes empreendimentos imobiliários executados na região atual Região Oceânica de Niterói, conhecida até então como Itaipu, transferiram

³ O arrasto é uma técnica tradicional que para esses pescadores da comunidade resume o que é a geografia e a história de “Itaipu”. Remete a uma história local de aproximadamente 200 anos, vinculando a comunidade em laços de parentesco. O arrasto é uma técnica tradicional que, para esses pescadores, reflete na comunidade o que é a história “de Itaipu” sendo uma técnica geradora de narrativas por onde estão cruzados os vínculos familiares à paisagem do cotidiano

algumas famílias de pescadores para localidades e regiões de Niterói mais afastadas da beira da praia e transformando também a paisagem local com a divisão da praia através da abertura permanente de um canal que ligando a lagoa ao mar. Quando decidi pesquisar a história de Itaipu, condicionei as entrevistas à uma integração participativa ao cotidiano da pesca da comunidade. O convívio passou a ser cada vez mais apurado, isto é, enquanto no dia-a-dia aprendia a pescaria de arrasto de praia junto a Robinho e seus companheiros. Os significados peculiares que eles davam a alguns pontos da história enquanto interagem com a paisagem local dava a entender que o território de Itaipu em suas narrativas era muito maior do que o limite de um pequeno bairro. Itaipu era a imagem de um passado, uma paisagem que a comunidade compartilhava até onde o peixe ali pescado poderia chegar. Assim, o afastamento provocado pela companhia imobiliária era justificado por alguns pescadores na medida em que esse deslocamento ainda era dentro “de Itaipu”.

Robinho, um reconhecido mestre do arrasto, foi para mim um tipo de iniciador (Barth, 2000) tanto na arte de pesca tradicional quanto da apresentação das memórias da comunidade de Itaipu. Em uma entrevista⁴ realizada na beira da praia ele narra a sua relação com a pesca e o local que estende à uma visada sobre a história da comunidade:

A pesca da Tainha é uma pesca mais detalhista. A gente tem que ter o vigia, que era o olheiro que ficava lá embaixo em Camboinhas. Na verdade, a gente fala Camboinhas, mas isso é uma praia só né. Camboinhas e Itaipu é uma praia só. Não existe Camboinhas e Itaipu. Para o pescador é uma praia só. O que me marcou quando pequeno foi a pesca da tainha. Era, o pescado do inverno era a tainha. Hoje não, a pescaria de arrasto, a pesca de lanço. Que é o lanço a sorte é hoje o ano todo, pela dificuldade, pela escassez. Então a gente vai o ano todo com essa pescaria de lanço a sorte. Mas antigamente não. Antigamente que eu falo é a 15, 20 anos atrás. Tinha a pesca da Tainha, esperava chegar em maio e abril pra gente pescar até agosto. Hoje não tem mais essa tainha. Hoje não tem mais... ai você vai me perguntar por quais motivos? São n motivos. Escassez do pescado. A pesca industrial. Enfim, a falta de material humano. Não tem mais o pescador. Pela dificuldade que a gente enfrenta aqui na beira da praia, os pescadores tradicionais vão saindo para trabalhar em condomínio. Trabalhar em jardinagem. Trabalhar em supermercado. Entre outras coisas (Robson Dutra Santos - Mestre Robinho, 2018).

São inúmeros os pontos que podemos destacar do trecho da entrevista. A construção da narrativa do pescador como integrante da comunidade de Itaipu exalta uma relação estabelecida entre o passado e o presente que se dá mediante a prática de

⁴ A entrevista está acessível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=ozcDLVVOk5Q>

pescaria de arrasto e a presença da Tainha. Natureza, cultura e história se relacionam na narrativa do pescador através da percepção da paisagem, aos impactos ambientais e demandas sociais. A vontade do narrador de explicar o passado deste modo me pareceu inúmeras vezes a reafirmação de um vínculo histórico, e que pude assistir de perto como um movimento comunitário que tem sentido em expressões específicas e vividas durante a prática de pesca. Elas são dados de reconhecimento, que alimentam narrativas em que, se expressar como pescador artesanal tradicional, é perceber Itaipu, como diz Robinho como “uma praia só”. Esse fenômeno narrativo acontece na comunidade desde meados dos anos 1990, como foi observado no documentário de Eliana Leite “Itaipu era uma praia só”. As implicações na subjetividade e na saúde mental da comunidade e dos corpos de seus integrantes foram relatadas em diagnósticos de síndrome do pânico, depressão e luto (Barbosa, 2004), ocasionada pelo afastamento de algumas famílias da beira da praia ou dos pescadores de suas pescarias e suas relações cotidianas com a paisagem de Itaipu. Essa dimensão subjetiva da história narrada no território de pesca conduz a um vigoroso debate público.

Esse debate ao qual me refiro vem sendo notado em diferentes contextos geográficos locais, regionais, nacionais e mesmo globalmente. O que a literatura dos estudos de memória tem chamado de “territorial phantom pains” (Lakianow & Wells, 2024) é vislumbrado em um contexto de produção das memórias emocionais relacionadas ao deslocamento de comunidades de seus territórios. O que Malgorzata Lukianow e Chloe Wells colocam em questão com o uso do termo é que essas memórias emocionais não são uma noção meramente aplicável ao diagnóstico médico, como é considerado o uso do termo “dores da alma” apresentado no artigo de Barbosa em seu estudo sobre Itaipu. Para essas autoras, essa noção surge de um fenômeno social observável no tempo presente, relacionado a locais que possuem testemunhos comunitários de migração ou transferência forçada de suas localidades. Por razões diversas em Itaipu, os pescadores se veem incapazes de explicar a totalidade das transformações vividas a partir de suas referências de memória e aportes de conhecimento adquiridos em sua cultura. É na medida em que esse debate ganha vigor, que se percebe que essas transformações periféricas não são interpretáveis de modo

independente, pois estão conectadas a nível global com aspectos da dinâmica política e econômica do neoliberalismo.

Nesse sentido, creio ser possível contextualizar o surgimento e a emergência da noção de *Maretórios* por comunidades de pesca artesanal no presente. Sendo um fenômeno social amplo, mas localizado, que representa de forma abrangente as demandas por reparação histórica dessas comunidades em diferentes contextos. No caso brasileiro, a apropriação dessas demandas relacionadas ao modo de vida das comunidades pesqueiras acompanha o processo de institucionalização das Reservas Extrativistas Marinhas, como a de Itaipu (Decreto Estadual nº 44.417, 30 de Setembro de 2013). No Brasil existem outras 32 Resex, sendo 12 delas marinhas, além de outros 87 territórios em busca dessa formalização.

Os *Maretórios* são também, nesse sentido de representação, a forma do tempo vivido por essas comunidades que demandam atualmente do historiador profissional a contribuição da operação historiográfica e do método científico em suas causas. Pois, o que se demonstra com essa demanda da passagem da memória a uma história da pesca, que parte comunidades em seus *maretórios*, é a constatação de que ela ainda não foi escrita. O conflito se estabelece justamente por isso. Essa proposta de interpretação dos *maretórios* começa com a produção das fontes orais, mas não apenas, que dentro do itinerário do LABHOI, possibilitam a construção dos resultados da história pública expostos neste artigo. Assim os *Maretórios* surgem como uma forma de representação (Ricoeur, 2007), tal qual uma explicação do passado que antecede à roupagem escrita da operação historiográfica em si.

Tendências de abordagem da pesca artesanal no Brasil Republicano (Séc. XX - XXI)

Considerando a apresentação de tendências, nessa parte do artigo considero relevante para o leitor um entendimento sobre o estado da arte das abordagens que ao longo do tempo solidificaram o entendimento comum da pesca no Brasil. Assim apresento brevemente a relação entre campanhas de nacionalização da pesca, a formação de núcleos eclesiais de base, pesquisas acadêmicas até a criação das primeiras

entidades de representação a nível nacional, focadas na defesa dos territórios tradicionais e emergência dos marelórios.

Tanto na cultura popular brasileira quanto na literatura se naturaliza a imagem das origens da prática da pesca no território associada às comunidades indígenas. Essa é uma consideração que se vale de algumas adaptações às características do território e execução de técnicas e conhecimentos específicos de captura que foram preservadas (Holanda, 1945). De fato, essa participação comunitária no litoral e na beira dos rios era de fato imprescindível visto que desde os tempos mais antigos até os mais remotos territórios brasileiros da atualidade a base de subsistência de proteínas viável às camadas populares se dá sobretudo através das da caça e da pesca. Alimento também ao imaginário que atravessou diferentes contextos políticos ao longo dos séculos. Forjando além de elementos culturais, colaborações que solidificaram as próprias instituições de Estado.

No caso da introdução de técnicas de captura de pescado por portugueses, o modelo tinha como objetivo a ocupação e controle territorial abastecendo o projeto colonial. Há alguns indícios que permitem relacionar uma técnica semelhante presente em Portugal e na Índia até os dias atuais. Para se ter um exemplo, suas características comuns envolvem a presença de embarcações que possuem entre 8 e 12 metros de comprimento - que variam em seu modo de fabricação - usando redes imensas de fios de algodão que só garantem uma alta capacidade de captura de cardumes se for praticada por especialistas, envolvendo assim o desenvolvimento de comunidades inteiras. Essa técnica a qual me refiro, conhecida como arrasto de praia praticada em Itaipu, onde realizei minha pesquisa de campo, pode ser vista nas regiões Sul e Sudeste do Brasil, desde Florianópolis à Arraial do Cabo.

Sem especificar, é possível considerar que no caso brasileiro sua origem remeta ao processo de aldeamento dos povos indígenas do litoral e formação dos núcleos habitacionais de integração comunitária, com subsequente introdução de negros que se especializaram, o que possibilitou certas adaptações através do convívio imposto pela dieta religiosa, onde o fenômeno da miscigenação e do sincretismo ganharam forma conjuntamente ao processo de surgimento de vilas e arraiais de pesca no litoral.

Ao considerar esses elementos, relacionando-os de forma crítica, à imagem típica do pescador, percebemos no imaginário popular, aquele homem simples, a vila, a pele morena, profundamente devoto de sua comunidade e igreja. Uma imagem construída pelo senso comum, e que é muito útil, atinge o cenário do debate público atual tornando já necessário um maior aprofundamento dos historiadores sobre o tema da história das comunidades de pesca e dos modos de vida dos pescadores e pescadoras no Brasil.

Em 2006 o biólogo Melquíades Pinto Paiva dedicou-se em seu discurso de posse como sócio honorário do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro a falar sobre o tema. Intitulado “O Estado e as pescas no Brasil: séculos XVI-XX”, o documento reforça a perspectiva de uma abordagem institucional sobre a prática de pesca no Brasil e o papel do Estado como ente fiscalizador e organizador do processo de industrialização da pesca. O documento que não apresenta nenhuma organização cronológica, é um rico compilado de normativas e leis de tributação. Ele aponta a continuidade das práticas do período colonial que tornam-se tendências no trato da pesca em território nacional como consta na passagem:

Os principais atos emanados do poder público, após a independência, referentes ao setor pesqueiro, tratam da subordinação ao Ministério da Marinha e regulamentação do dízimo incidente sobre o pescado, com pouca atenção a outros assuntos. Desde o começo do Império, ficou evidente a *tendência* da centralização da competência dos assuntos relacionados com as pescarias, pela imposição da legislação de abrangência nacional. (Paiva, 2006, p. 121).

É perceptível a orientação da tendência de nacionalização da pesca e a construção das categorias de Estado (Resende, 2014, p. 43-67). Como diz o trecho, tornou-se funcional por uma lógica de aplicação retroativa, capaz de mover elementos de busca da nação, através do controle institucional e de jure do território, reproduzindo a ideologia industrial para o qual a pesca era objeto. Evidenciada pela série de leis e decretos estabelecidos pelo Império do Brasil e a República Brasileira. O que Pinto Paiva descreve como nacionalização da pesca é também um potencial indício para reflexões ulteriores. Visto que o autor reafirma que tais práticas caíam na morosidade, sem condições reais de serem aplicadas pelo poder público. Acompanhando atos ineficazes, transferência de gestão entre órgãos, instável e transitória. Mas porquê? Essa resposta vem através do próprio autor. Arriscando sobre o presente e o futuro das pescas

no Brasil, ele reconhece que esta omissão recai sobre as condições de vida das comunidades de pesca artesanal, que só ao final são citadas em seu texto⁵.

Creio que compete a essa investigação familiarizar o leitor melhor com as tendências que dizem respeito a imagens públicas da pesca que foram produzidas ao longo da história do Brasil. Na medida em que ao meu ver elas naturalizaram interpretações que hoje podem dificultar o trabalho do historiador profissional. Como foi possível verificar, a primeira tendência está associada à delimitação da pesca como objeto de atenção para definição de políticas de Estado de ordem técnica e econômica. Inicialmente associadas a questões de defesa do litoral e exploração de seus recursos produtivos. Isto se dá principalmente através de uma abordagem que coloca o aspecto artesanal da pesca como um momento de transição para essas comunidades, com o objetivo de implementar um padrão industrial. Este fenômeno da época, a nacionalização da pesca, torna desde então uma tendência que tem influência no sentido público da pesca artesanal no Brasil. Essa tendência ressoa nos propósitos das pesquisas acadêmicas, que surgem sob demanda a partir do interesse de ordem econômica produtiva, sanitária, ou em linhas gerais associada aos aspectos da regulação institucional da técnica e para fins do seu planejamento.

Uma segunda tendência vai em uma direção diferente, dando atenção à formação cultural dessas comunidades na busca de estabelecer as referências culturais e populares do Brasil. Essa tendência apresenta as comunidades de pesca segundo o prisma da busca pelo nacional-popular nos saberes tradicionais. Fruto do trabalho base eclesial, essa atenção dada às comunidades de pesca funda o Conselho Pastoral dos Pescadores em 1968. Atravessando uma série de questões sociais mais amplas relacionadas à busca da brasilidade e a formação da sociedade de classes, vinculada às influências da teologia da libertação e a teoria marxista. Essa tendência também é contextualizada e relevante ao seu próprio tempo com a consolidação da urbanização brasileira, em um momento de abertura de estradas litorâneas, que passam a ligar por exemplo o eixo metropolitano Rio-São Paulo. Algumas dessas comunidades e suas localidades são percebidas desde

⁵ Em meados de 2006 o reconhecimento público desse fato emergiu em seu próprio tempo, oportunamente um contexto no qual essas comunidades já estavam se organizando em associações locais e nacionais, reivindicando seus direitos de manutenção de seu modo de vida tradicional e de permanência em seus territórios.

então, convivendo em conflito com os aspectos da tradição e chegada da modernidade. A busca pelo sentido do nacional popular na realidade das comunidades de pesca torna-se um tema com capilaridade no contexto do debate sobre a cultura brasileira representando ao lado das comunidades que viviam no campo. No Cinema Novo, por exemplo, o filme “Barravento” de Glauber Rocha, lançado em 1962, traz a díade modernidade e tradição como elemento essencial da busca por identidade do protagonista, um ex-pescador, que ao retornar à sua vila localizada em Itapuã, na Bahia, tenta impor noções da modernidade na brasilidade em desenvolvimento na época.

A terceira tendência consiste no momento de desenvolvimento de pesquisas realizadas no âmbito e dos programas de pós-graduação⁶ das universidades brasileiras a partir da década de 1970, e coincide com a difusão dos meios digitais de telecomunicação⁷.

A aproximação dos acadêmicos nesses territórios contribui com o surgimento de uma nova perspectiva sobre a pesca artesanal no Brasil, que contorna as tendências anteriores. Ela não está afastada das intenções estabelecidas pelos interesses para o controle e organização da capacidade produtiva do setor da pesca, e toma como ponto de partida as comunidades e seu conhecimento, para construir interpretações de pesquisa.

De um modo geral, as pesquisas realizadas por cientistas sociais e antropólogos no eixo Rio-São Paulo, orientadas tanto no Museu Nacional por Castro Faria, quanto na USP por Diegues, supriam necessidades do Estado e da própria academia, quanto ao aspecto de interação com essas comunidades, que sustentavam tanto as práticas institucionais para a nacionalização e industrialização da pesca artesanal quanto sustentava suas filiações teóricas e capacidade de abordagem. Esses trabalhos, da academia para a academia, realizados com fomento de programas estatais no contexto da capacitação para a industrialização das comunidades de pesca do litoral, deram forma

⁶ Onde estavam os historiadores? Também é nesse contexto que se dá o maior interesse dos historiadores por comunidades tradicionais, contudo direcionando sua atenção o debate sobre a escravidão no Brasil, no qual a busca pela memória dos núcleos remanescentes quilombolas dá origem trabalhos seminais de história oral

⁷ No âmbito midiático o tema ganha uma considerável relevância. Em músicas no rádio e na televisão, é reforçada uma visão quase pitoresca do convívio das tradições da pesca com a modernidade. Novelas que retratam essas comunidades de pesca entre as décadas de 1990 e início dos anos 2000, como Tropicaliente e Porto dos Milagres dão audiência romantizando ao modo de vida das comunidades de pesca.

a grupos de pesquisa universitários. Contudo se considerando as demandas dessas comunidades pouco foi proposto.

História Pública dos Maretórios: por uma nova tendência:

É nas últimas três décadas que uma nova tendência ganha substrato em torno da defesa dos territórios de pesca. A partir desse movimento são representados os Maretórios, um neologismo que se refere à dinâmica territorial das comunidades extrativistas costeiras, que existem no tempo das marés. Mais do que um novo conceito ou categoria em construção, é uma expressão viva e representativa dos saberes empregados para a manutenção da existência tradicional que implica em relações socioecológicas. Tomei conhecimento dessa expressão através de Jairo Augusto de Souza, uma das lideranças da comunidade de pescadores da Reserva Extrativista Marinha de Itaipu - RESEXMAR, atualmente presidente da APPREILI, que colaborando com o desenvolvimento da pesquisa também me introduziu à história local através da sua história de vida.

Nascido em 1969, em um momento sensível para a história local de Itaipu, esse pescador viu de perto a transformação urbana perpetrada pela companhia imobiliária que, com o apoio da ditadura, transformou sua localidade com planos de privatizar a beira-mar expulsando as famílias de pescadores com o intuito de construir um mega-condomínio de luxo. Ao longo da sua infância, ele conta, viu a tradição das campanhas de pescaria de arrasto de praia ser ameaçada pela ausência do pescador e pela falta do pescado. Resultado das desigualdades socioambientais que se tornaram uma constante desde então. Por volta dos 18 anos de idade, ele participava das reuniões da primeira associação de pescadores em Itaipu, a Associação Livre de Pescadores e Amigos da Praia de Itaipu - ALPAPI, fundada em 1985. A associação comunitária emergia em um contexto público propício à participação das camadas populares na política, cujas demandas por representatividade encontravam lastro no processo de redemocratização a nível nacional. Nesse cenário, em Itaipu, assim como em outras comunidades, estavam em curso um processo de formação política dos representantes das comunidades, que reivindicavam uma noção de autodeterminação, inspirados na experiência pioneira de

unidade de conservação de uso sustentável concebida para os seringueiros no Acre, através do ativismo de Chico Mendes.

De todo modo, mobilizadas por objetivos comuns, comunidades de pescadores começaram a se reunir em torno de entidades aos moldes das representações sindicais a nível nacional, dando forma em 1990, ao primeiro Movimento Nacional dos Pescadores - MONAPE, assimilando uma identidade de classe, inspirada pela mobilização das camadas populares ao redor do Partido dos Trabalhadores. Implementada em Pirajubaé, no estado de Santa Catarina, no ano de 1992, a primeira RESEX-MAR do Brasil, abre um precedente que orienta a mobilização geral e a ação das comunidades de pescadores desde então. Mesmo que nesse contexto o termo maretório ainda não existisse, uma consideração diferente sobre seus territórios passava a ganhar forma no interior dos processos de formalização dessas UCs.

Essa mobilização em busca da autodeterminação desde meados dos anos 1980 e 1990 é protagonizada pelas próprias comunidades, atravessando as décadas seguintes sensível aos rearranjos institucionais, assimilando identidades e normativas estabelecidas pelo Estado brasileiro. É preciso esclarecer que a categoria artesanal é um resultante das políticas do Estado uma vez que essa perspectiva é institucionalizante dos saberes dessas comunidades. Nesse amplo contexto das intenções de modernização e industrialização de seus modos de vida classificados como “artesanais” e “tradicionais” essas comunidades passam a fazer uso desses termos para garantir direitos.

A ação dessas comunidades, em outras localidades se desdobra na criação de entidades de representação a exemplo do Fórum de Comunidades Tradicionais - FCT, que inclui remanescentes de quilombolas, pescadores caiçaras e indígenas da região de Angra, Paraty e Ubatuba, na Costa Verde sob um lema ativo: “Preservar e Resistir”. A nível nacional, desde 2009 o Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais - MPP, vem trabalhando na articulação das demandas públicas dos pescadores, lançando em 2014 a “Campanha pelo Território Pesqueiro”. Um processo que culmina em outubro do mesmo ano, na sede da CNBB de Belém do Pará, na constituição da Confederação Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas Costeiras e Marinhas - CONFREM. Uma entidade que estabelece em seu princípio fundador a

busca pela legitimidade de suas demandas no espaço público com o plano de ação pela “defesa do território”, onde se formaliza o uso da expressão “Maretórios”.

A expressão é hoje utilizada em diferentes áreas de saber na academia. E mesmo ganhando notoriedade encontram-se pouquíssimos trabalhos publicados especificamente sobre os maretórios, meia dezena de artigos publicados são encontrados em pesquisas na internet. No final do ano de 2023, quando foi lançado o livro “Terra: antologias afro-Indigenas”, os Maretórios se apresentam como um capítulo, e quem tem a fala é justamente um pescador, Carlinhos da Resex de Canavieiras. Em uma demonstração que o movimento tem força para se autodeterminar também intelectualmente, ele considera uma diversidade de questões que envolvem a realidade das comunidades de pesca artesanal no Brasil. Não escapa uma análise sobre um posicionamento firme para o momento atual dessas comunidades, que Carlinhos reconhece como construída historicamente de fora para dentro. Ele diz, quase como uma provocação aos historiadores públicos, com a intenção de indicar uma necessária mudança e o surgimento de uma nova tendência:

Há um grande debate levantado por nós, das comunidades tradicionais, sobre o objetivo da reserva extrativista. Na lei, esse objetivo está claro, mas os órgãos que cuidam das unidades de conservação são normalmente os órgãos ambientais, há uma forte tendência de priorizarem a questão ambiental e não necessariamente garantir sua equiparação com a proteção da cultura e do modo de vida. Há uma disputa conceitual entre preservação e conservação: o modelo pensado historicamente para a criação das unidades de conservação exclui as pessoas. A luta pela criação das Resex quer romper com esse modelo a partir das demandas das comunidades tradicionais. (Carlinhos da Resex de Canavieiras, 2023)⁸

Esse trecho por si já justifica a necessidade de uma história pública dos maretórios e das comunidades de pesca artesanal no Brasil. Algo ainda por ser construído.

Discussão: percursos de uma história pública dos maretórios participativa

Há nos maretórios um desafio lançado aos historiadores públicos. É um tema que sugere o uso da expressão ao lado das questões historiográficas do tempo presente.

⁸ Cf. Maretórios. in. Terra: antologias afro-indigenas. Orgs. Felipe Carnevalli, Fernanda Regaldo, Paula Lobato, Renata Marquez, Wellington Cançado. São Paulo/Belo Horizonte: Ubu Editora/PISEGRAMA, 2023 - 301

O tempo em que o historiador profissional também habita, participa, se sensibiliza sobre ações e acontecimentos que dão sentido à história. E é na medida em que se participa, e investiga. Acredito, observando através das histórias de vida é possível compreender a tomada de consciência das comunidades do seu território como tempo-maré. Que na expressão de seus corpos coletivos, também é tempo de histórias. E é em meio a esse movimento que o historiador se coloca a pensar em suas relações, através das transformações que o envolvem em própria prática de pesquisa. Pois essa demanda que acompanha a formação dos territórios, das histórias locais das comunidades de pesca no Brasil são evidência de regimes de historicidade (Hartog, 2015) e de experiências do tempo contemporâneo.

As mais recentes diretrizes de mitigação dos impactos globais ao meio ambiente espelham estratégias comunitárias de povos tradicionais. Mas mesmo assim, a relevância das demandas socioambientais só ganharam notoriedade com a ascensão do movimento ambientalista (Almeida & Gusmão, 2015). Revelando por trás dessas estratégias um quadro complexo de desigualdade epistêmica. O que acontece quando instituições públicas, privadas, órgãos locais, regionais, nacionais e internacionais de diferentes segmentos estão adotando uma postura de governança que valoriza cada vez mais práticas conservacionistas? Relatórios da ONU para a Alimentação e a Agricultura - FAO e do Fundo para Desenvolvimento dos Povos Indígenas da América Latina e Caribe - FILAC⁹ de 2015, mencionam a importância desses territórios tradicionais coletivos como contraponto aos quadros atuais de propagação das desigualdades sociais e climáticas. Para se ter um exemplo, a Organização das Nações Unidas - ONU estabeleceu em 2020 as orientações para o início da Ocean Decade¹⁰. Um guarda-chuva para toda a sua Agenda 2030 de Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS. É uma demanda que coloca as lideranças em posse de uma consciência de que os territórios são muito mais do que uma provável pauta de ONGs que buscam instrumentalizar seus modos de vida em suas ações orientada pelo padrão Environmental, Social, Governance - ESG. São muito mais do que um novo pólo de

⁹ Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/123183-novo-relat%C3%B3rio-da-onu%C2%A0povos-ind%C3%ADgenas-e-comunidades-tradicionais-s%C3%A3o-os-melhores-guardi%C3%B5es>

¹⁰ Disponível em: <https://oceandecade.org/pt/>

exploração mercado financeiro interessado em especular sobre boas práticas e ações compensatórias às emissões de carbono na atmosfera.

Fruto de um debate que envolve diretamente o potencial da prática de história pública no Brasil, a Lei 14.038 de 17 de agosto de 2020 recoloca o historiador na sociedade como um profissional regulamentado. Essa posição assumida pelos historiadores profissionais com os temas socialmente vivos vêm se desdobrando. Em maio de 2023 o curso “História Oral: produção, difusão de temas socialmente vivos”, oferecido pela Associação Brasileira de História Oral - Regional Sudeste, foi caracterizado, em suma, por questões quanto ao lugar do historiador profissional na sociedade atual. Num entre-tempo, em agosto do mesmo ano, o Governo Federal através do Ministério da Pesca e Aquicultura lança o inédito Programa Povos da Pesca Artesanal¹¹. Um programa sem paralelo na história, que compreende diferentes linhas de ação, promovendo a colaboração entre ministérios e entidades de pesquisa com as demandas das comunidades de pescadores indígenas e quilombolas.

Essa linha participativa encontra-se tão presente e experimental quanto nunca, e permite um alto nível de teorização na mesma medida. Torna possível a compreensão de que o historiador é capaz de produzir uma tecnologia social enquanto investiga, examina, e quer compreender e explicar os motivos públicos que movem e se manifestam entre os cidadãos. E através da sua prática também quer compreender como se formam os discursos históricos, quer realizar um diagnóstico. Evidenciar uma presença no tempo da narrativa. Usa as ferramentas de linguagem, e para isso investiga o curso de um texto, da oralidade, de uma imagem, de um gesto. Nesse sentido, através da prática historiadora e da teorização desse lugar como autor-autoridade que participa, se reforça a atitude científica de investigação e se evidencia os sentidos do tempo humano no texto historiográfico.

Como se pode perceber desde “Que história pública queremos?”(Mauad; Santhiago; Borges, 2018), realçou a visão dos temas possíveis ao campo de atuação do historiador público como multiplicidade, como um fazer plural. Trazendo reflexões da

¹¹ Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/08/governo-lanca-programa-povos-da-pesca-artesanal>

Rede Brasileira de História Pública, o livro-manifesto, destaca a presença de um novo lugar aos historiadores:

Por estas razões, *a história pública que queremos* não se pensa como um campo disciplinar para erguer novos limites; longe disso propõe-se como uma plataforma de onde se observam a confluência de atitudes em face ao tempo e às temporalidades históricas, disseminadas por diferentes instituições, por meio de temas diversos, combativos e difusos, potencializada pela diversidade cultural do nosso país de dimensões continentais. (Mauad, Santhiago, Borges, 2018, p. 11).

Através da amplitude desses recursos fornecidos pela história pública que pude adentrar à pesquisa de campo reconhecendo também o meu lugar como historiador, em uma atitude de redescoberta na pescaria, a cada entrevista de história oral realizada, adentrando aos sentidos do tempo histórico da comunidade, do próprio lugar onde cresci, em Itaipu.

Atento a esse fio de memória proporcionado pelo pescador, pude acessar no cotidiano e em suas lembranças como eram feitas as pescarias e como era a vida dos pescadores do Arrasto. Ouvia Robinho dizer, olhando pra mim “hoje não tem mais a Tainha e não tem mais o pescador para a Tainha”, gozadamente insinuava uma piada, “hoje qualquer um vem aqui, entra numa canoa dessa e rema. Qualquer um não! Pode ser um aprendiz!”. Dizendo com isso que eu mesmo poderia vir a ser ali um aprendiz de pescador, compartilhando da sua autoridade comigo (Frisch, 1990). A escuta é exercício cotidiano, é uma forma de ver a oralidade como texto, capaz de acessar a história da comunidade, um elemento que representa para a sua vida uma história. Revela sobretudo o seu lugar no mundo, e seu modo de lembrar como mestre de arrasto, tal como faziam os mestres de Itaipu que habitam a memória, e fazem parte do passado dos pescadores.

Através do trabalho do historiador essa memória torna-se acessível no sentido do texto historiográfico. Essa intertextualidade da memória é fundamentalmente coabitada tanto pelo indivíduo, quanto pela comunidade, pois se dissolve no tempo como comunidade de sentidos (Meihy, 1997) que neste ato de representar seu passado e dizê-lo por si-mesma, leva o historiador a assumir a perspectiva de que:

[...] o estatuto da objetividade científica é redefinido através da produção de uma autoridade compartilhada entre sujeito e objeto do conhecimento, que dividem e vivenciam a mesma condição de sujeitos da experiência histórica. O que de fato se propõe, nessa perspectiva de estudo, é que o historiador se alie à prática social na

produção de um conhecimento compartilhado e reconhecido como válido pelos sujeitos históricos. (Mauad & Dumas, 2011, p. 89)

Esse sentido, ou essa dimensão pública, do trabalho realizado através da oralidade deve ser encontrada em comunhão com a comunidade (Rovai & Kobelinski, 2024). Ao seu modo, cada comunidade conduz suas relações com o passado e com o presente de seus temas sensíveis. É dessa dimensão pública dos maretórios, isto é, de suas questões socialmente vivas, que se lança ao historiador profissional um desafio que não é resolvido por um texto ou narrativa sobre os acontecimentos, mas talvez já exija a produção de um conhecimento sensível que implica em compromissos assumidos com o público, por meio de debates e processos de reconhecimento (Rabelo, 2018, p. 102). Quer seja na produção de projetos acadêmicos de acervo que sejam potencialmente úteis e catalisadores para essas e outras comunidades, quer seja através da ação local das próprias comunidades em relação às suas demandas públicas, está explícito um dever ético e profissional que envolve a participação dos historiadores na contemporaneidade. Não vejo outra forma do historiador pertencer ao espaço público se não na medida em que contribui com a construção da cidadania e fortalece a democracia. É esse princípio ético que reaproxima a história da sua tarefa norteadora, da ordem da prática. Uma ética e uma prática potencial, que encontra orientações comunitárias, que toca em temas socialmente vivos, que explicita com o dever um ato de reconhecimento do próprio lugar dos historiadores no tempo público, que instiga a produzir metodologias, e que quer na investigação compreender o papel dos maretórios em uma realidade global de transformação de paradigmas históricos e climáticos.

Parcerias e resultados

Em 2023, como resultado da pesquisa¹² desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em História Social Contemporânea da UFF, fui provocado a pensar a pesca em Itaipu através de imagens. Reforçando que as imagens foram produzidas através da minha percepção participativa da pesca artesanal de arrasto de praia realizada em Itaipu. Como resultado as imagens foram incluídas na curadoria em parceria com o

¹² A dissertação “Aqui é Itaipu!? Pescadores artesanais e os sentidos da expansão urbana da cidade de Niterói - História pública e incertezas” foi defendida em Julho de 2023.

selo da produtora cultural Julia Botafogo, a Arte Pública Cerâmicas, transformando a pesquisa em parte de uma exposição permanente que hoje está nas paredes dos antigos barracões dos pescadores, no caminho entre as vielas que contornam a beira da praia de Itaipu. Com base na pesquisa as imagens foram produzidas, ganharam a sua dimensão pública. Esse processo se deu com uma seleção de fotos autorais realizadas na praia em fevereiro de 2023, com as quais criei uma página de divulgação no instagram: o @inventariogestualidadesdapesca. A página contribuiu para a arrecadação de doações de valores suficientes para a formalização institucional da APPREILI.

Nesse sentido, a produção das imagens fundamentam reflexões históricas que são cotejadas na participação com fenômenos da comunidade, que expressam sua dimensão socialmente viva. São gestos! No gesto a relação tempo e narrativa coloca em evidência a estética de uma ação na configuração do tempo histórico vivido como sentido (Ricoeur, 2007, p. 162). Essa perspectiva ao meu ver respalda o trabalho de exame e produção das fontes pelo historiador público profissional. Este é um exemplo da superação da historiografia convencional por uma perspectiva de revolução documental em curso, que gera novas relações entre os historiadores e as suas fontes, como reforçam Ana Maria Mauad e Fernando Dumas em *Introdução à História Pública* (Almeida & Rovai, 2011). Uma abordagem em que resultados de pesquisa se desdobram, criando um escopo científico da história interessada na produção de conhecimento que a sociedade como um todo possa se apropriar.

Entre ao longo do ano de 2023, através de uma parceria construída com a ONG de direitos humanos Witness Brasil e com seu programa de acervos foi identificada a necessidade de construção de um acervo audiovisual para essas comunidades de pesca.

Essa parceria deu ensejo para a criação de um Acervo Audiovisual dos Marelórios. Projeto que atualmente é fomentado pelo edital de Pesquisa Memória e Preservação Audiovisual da Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado do Rio de Janeiro - SECEC/RJ, através da Lei Paulo Gustavo do Ministério da Cultura - Minc. O projeto que em diversos aspectos é inédito está em plena fase de execução e tem como objetivo a criação de estratégias de preservação da memória e dos saberes dessas comunidades; a catalogação e descrição do acervo com a participação ativa das comunidades; criação de um repositório e catálogo através do uso do Tainacan; a

mobilização das comunidades na coleta de registros e a comunicação e divulgação acessível para o público em geral.

O Acervo Audiovisual dos Maretórios, tem como objetivo estabelecer vínculos entre as demandas das comunidades com políticas de reconhecimento e patrimonialização capazes de garantir direitos de permanência em seus territórios. Para isso, será utilizado como base de coleta o Inventário Nacional de Referências Culturais (IPHAN, 2020), como instrumento de identificação de bens imateriais nos registros audiovisuais e outras fontes coletadas. Através dessa linha de abordagem, diálogos com a história pública, entre a academia, ativistas e comunidades se mostram possíveis:

Assim, podemos afirmar que é estabelecido um diálogo com a história pública quando o uso do passado – ou de sua narrativa – torna-se útil para o presente e no desenvolvimento de políticas públicas relacionadas ao patrimônio material e imaterial (Almeida; Rovai, 2013). (Magalhães *et al*, 2024, 50)

Creio que os aspectos envolvidos no trabalho do historiador com os recursos oferecidos pela a história pública atualmente conduzem a criação de novas possibilidades de diálogos que já estão em curso. Importa sim a preservação dos saberes dos maretórios se isso significar criar parcerias e vislumbrar a pertinência dos resultados das pesquisas para que elas se tornem socialmente vivas. Deste modo, me parece justo afirmar que o historiador estará demonstrando sua capacidade profissional através da criação de uma tecnologia social inovadora e acessível na mesma medida em que ela será potencialmente disruptiva.

Considerações Finais

Ao longo do artigo se assume a perspectiva da prática científica da história pública. Uma perspectiva que usualmente faz os demais campos da história e as outras ciências acusarem que essa é de certa forma atitude paternalista¹³. A resposta a essa pergunta coloca o historiador consciente de sua atitude profissional, reconhecendo o seu lugar entre as ciências. É uma resposta em um momento de crise. É também uma

¹³ Ouvi a expressão “paternalista” na 5º Conferência Nacional da SBPC realizada na UFF em 2024 ao questionar qual o papel das ciências diante da realidade das comunidades de pesca em um painel que discute Inovação pelo Oceano. A reação veio junto com a constatação do permanente distanciamento da academia.

resposta para a superação do relativismo histórico. É uma resposta à tendência de se isolar a academia do mundo.

É na mesma medida uma tarefa pioneira, por encarar um tema que até o momento trouxe pouco interesse aos historiadores. Colocando em evidência o mar por considerar a relevância da sua dimensão de interesse público e histórico. Por ser reveladora das contradições e desigualdades por trás do sentido de discursos históricos dominantes. Traz a dimensão dos locais, a narrativa das comunidades de pesca por quem acessar o fluxo cotidiano dos maretórios. Aí se justifica o interesse científico de documentação, que é atributo do historiador profissional. Não é uma história que se pretende única. É necessariamente plural, porém isso não significa que seja relativista. Compreende o passado à medida que o presente lhe propõe questões. Coloca-se ao dever da explicação, e menos no papel de autoridade.

O texto historiográfico permanece a legítima preocupação do historiador. E agora? Como começar a escrever essas histórias públicas dos maretórios? Essa é uma questão que deixo ressoar não mais apenas em minha cabeça. E não há porque aqui lançar agora além dessas questões nenhum outro tipo de consideração. A tarefa científica do historiador público profissional tem um crivo espontâneo, é uma abertura ao passado. Desdobram recursos práticos e teóricos para a construção da narrativa histórica. E por essa razão são recursos para a manutenção do exercício científico da historiografia contemporânea. Possibilitando acesso a um tema antes negligenciado pelos historiadores em um contexto tão importante e propício como a Ocean Decade da ONU e o Programa Povos da Pesca do Governo Federal.

Finalmente, essa investigação quer ser lida apenas como um exemplo de percurso que reintroduz a ciência da história no campo da experiência. E por fim, também sugere ao leitor paciência para colocar esse texto historiográfico em contato com o seu mundo da vida. Com total liberdade de avaliar proposições aqui formuladas, considerando-as aplicáveis onde elas alcançam bons resultados, e sugerindo também em que medida precisa se aprimorar.

Referências Bibliográficas

- BARTH. Fredrik. *O guro, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contracapa Livraria. 2000.
- CANAVIEIRAS. Carlinhos da Resex. *Marelórios*. in: Terra: antologias afro-indígenas. Orgs. Felipe Carnevali, Fernanda Regaldo, Paula Lobato, Renata Marquez, Wellington Cançado. São Paulo/Belo Horizonte: Ubu Editora/PISEGRAMA, 2023 - 301
- FRISCH. Michael. *Essays on the craft and meaning of oral and public history*. New York: State University of New York Press. 1990.
- LUKIANOW, Malgorzata; WELLS, Chloe. Territorial phantom pains: third-generation postmemories of territorial changes. in: *Memory Studies Journal*, vol. 17(2), 2024. 177-192
- MAGALHÃES *et al.* *História Pública e Patrimônio - a festa do marolo e o compartilhar de saberes de produtores rurais em paraguaçu, Minas Gerais*. in: *História Pública - Para quem, para quê, como e com quem?* Guarapuava: Editora Unicentro, 2024
- MAUAD. Ana. M; DUMAS. Fernando. *Fontes orais e visuais na pesquisa histórica*. In: *Introdução à História Pública*. Org. Juniele Rabelo de Almeida, Marta Gouveia de Oliveira Rovai. São Paulo: Letra e Voz, 2011, p. 81-96.
- MAUAD. Ana; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane, T. *Que história pública queremos? What public history do we want?* São Paulo: Letra e Voz, 2018.
- MEIHY. José. C. S. B. *Manual de História Oral*. São Paulo: Edições Loyola, 1996. p. 9.
- PAIVA. Melquidades. P. *Discurso de posse: o Estado e as pescas no Brasil - séculos XVI-XX* In: RHIGB, Rio de Janeiro, a. 167. n. 431, pp. 07-302, abr./jun. 2006.
- RABELO, Juniele. *O que a história oral ensina à história pública?* in: *Que história pública queremos*. Org. Ana Maria Mauad, Ricardo Santhiago, Viviane Trindade Borges. São Paulo: Letra e Voz. 2019, p. 101-11.
- RABELO, Juniele.; ROVAI, Marta. G. O. *Introdução à História Pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011.
- RABELO, Juniele.; DA MATTA, João. *Corpo-História e resistências libertárias*. São Paulo: Letra e Voz, 2019.
- RABELO. Juniele.; GUSMÃO, Cainã. *O movimento ambientalista*. In: *História Pública e movimento sociais: narrativas públicas*. (Org) Juniele Rabelo de Almeida. São Paulo: Letra e Voz, 2016, p. 135-64
- RESENDE. Alberto, T. *A origem da institucionalidade da pesca artesanal*. in: *Pesca Artesanal e produção do espaço - desafios da reflexão geográfica*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.
- RICOEUR. Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução: Alain François [et.al] Campinas: Editora da Unicamp. 2007. p. 162-70
- ROVAI. Marta. G. O; KOBELISKI. Michel (Orgs). *História Pública - Para quem, para quê, como e com quem?* Guarapuava: Editora Unicentro, 2024.
- SILVA. Cátia. A. *Política pública e território - passado e presente da efetivação de direitos dos pescadores artesanais no Brasil*. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.
- _____. *Elementos epistemológicos e metodológicos para uma geografia das existências*. In: *Pesca Artesanal e produção do espaço - desafios da reflexão geográfica*. Orgs. Catia Antonia da Silva. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

Fontes orais:

Robson Dutra Santos. Entrevista do Acervo Pescadores de Itaipu LABHOI/UFF. 2018
Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5uLd0HnMSyA>



Os direitos de licenciamento utilizados pela Revista Histórias Públicas é a licença
Creative Commons Attribution-Non Commercial 4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0)

Recebido em: 06/03/2024
Aprovado em: 22/05/2024